

Mesmo rejeitando novo jumbo, Brasil não queimará reservas

"O Brasil não pretende gastar nem um tostão de reservas; o Brasil pretende acumular mais reservas no ano que vem" - ressaltou ontem o presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore. Por isso, segundo ele, o Brasil só deixará de incluir o pedido de recursos novos na próxima etapa de renegociação da dívida, se obtiver garantia de que os créditos dos organismos internacionais e fornecedores assegurarão a cobertura do déficit do balanço de pagamentos de 1985.

Pastore negou que o Brasil possa desistir de novo jumbo por pressão dos bancos internacionais, diante de eventual resistência a aumentar o comprometimento com o País: "Não é posição dos banqueiros. Eles não têm nada a ver com esse tipo de posição. Têm a ver com as posições que estamos fazendo".

O presidente do Banco Central não respondeu à colocação do repórter de que a falta de ingresso de recursos novos pode agravar a recessão, já que o País não vai dispor de poupança externa e nem margem para abrir as importações ou redirecionar a produção para o mercado interno. Explicou que,

por enquanto, existe apenas "uma possibilidade do dinheiro novo ser nulo".

Como o governo brasileiro ainda não concluiu as projeções sobre o comportamento das contas externas em 1985 e também não acertou com fornecedores, Banco Mundial e outros organismos internacionais a liberação de recursos suficientes para cobrir o déficit em conta-corrente projetado de US\$ 4 bilhões, o presidente do Banco Central negou qualquer comentário adicional sobre o fechamento do balanço de pagamentos do próximo ano.

"Estamos fazendo estudos de quanto vamos precisar. Eventualmente nada. Em segundo lugar, a questão se precisa ou não de recur-

sos novos dos bancos é uma questão, pura e simplesmente, de se calcular o saldo comercial, déficit em conta-corrente e quanto tem de recursos de fontes oficiais. Esse é o exercício que está sendo feito.

Além de déficit em conta-corrente de US\$ 4 bilhões, estimado pelo ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, o Brasil precisará pagar US\$ 1,7 bilhão de parcela de amortização não congelada da dívida a vencer em 1985. Mas essa amortização não pesará na definição do jumbo, já que o Fundo Monetário Internacional (FMI) deverá manter, no próximo ano, a liberação de US\$ 1,8 bilhão e o País contará com o ingresso de investimentos diretos.